

Telefónica

Reforma Regulatória Europeia

Futurecom

Telefônica S.A.
18 de Outubro 2016



ESCOLHEMOS TUDO_

Nas últimas décadas, cada região do mundo adotou um enfoque regulatório diferente

Enfoque Regulatório



EUA

- Fomentar infraestrutura
- Garantir retornos financeiros

- Favorece a competição em infraestruturas; desagregação abandonada (2003) e sem obrigações para fibra
- Rapidez e flexibilidade na atribuição de espectro leva a liderança em 4G



Ásia

- Modelo subvencionado
- Universalizar a banda larga

- Implantações subsidiadas pelos governos
- A inovação, as barreiras linguísticas, entre outros (China) impulsionaram o desenvolvimento de um ecossistema digital próprio



LatAm

- Implantação de infraestruturas

- Rápida implantação de infraestruturas móveis baseadas em flexibilidade regulatória
- Obsolescência do modelo de concessões na fixa
- Escasso desenvolvimento do ecossistema digital



Europa

- Prioridade na competição e preços a curto prazo

- Competição em serviços versus competição em infraestruturas: pressão regulatória no atacado (desagregação e MVNOs)
- Escassa harmonização e flexibilidade em espectro

O caminho da liberalização na Europa

Desagregação da AT&T e
liberalização dos EUA



Novo contexto
tecnológico e econômico

Anos 80

Etapa de **pré-competição** com
alguns operadores e concessões a
operadores via cabo

Controle político de preços do
varejo

Primeira avaliação
de resultados

Anos 90-00

Segunda avaliação
de resultados

2009

Uma nova
reforma?

Avaliação de
resultados no
novo
Ecosistema
Digital

Anos 2010-20

1

As mudanças nos EUA
impulsionaram o início da
liberalização na Europa

1987 LIVRO
VERDE

Liberalização do
mercado de
**serviços de valor
agregado (1988)** e
de terminais (1990)



1991

GSM
GLOBAL SYSTEM FOR
MOBILE COMMUNICATIONS

1990 Diretriz ONP

2

A insuficiência de resultados provocou
uma 2ª onda liberal, fim dos
monopólios e mudanças nas
concessões e autorizações

- 1993 **liberalização completa da telefonia de voz** em 1998
- **Transformação de contratos e concessões administrativas**
- 2002 **novo pacote de telecom**

3

2009 Revisão do
Framework

Pacote de telecom

- Continuidade da abordagem
- Redução de mercados regulados
- Foco no consumo

4

Regime priorizando a competição em detrimento à
implantação de infraestrutura

Europa tem que enfrentar suas fraquezas no ecossistema digital



A resposta: um longo caminho até o Mercado Digital Único (DSM)

2 N. Kroes desenvolve a ideia do Mercado Digital Único (MWC13)



Fevereiro 2013



Mandato do conselho para negociar

Triannual



Leitura no Parlamento Europeu

3

“Colocando a Europa em Movimento”

15 de Julho de 2014.

Presidente eleito: Junckers

10 prioridades na agenda política na busca do emprego, crescimento e mudança democrática (incluindo o MERCADO DIGITAL ÚNICO)



Nova comissão (2014-2019)



Estratégia do Mercado Digital Único

Maio 2015

Jan. 2016

Resolução Parlamento Europeu

1

Março-Maio 2010

Europa 2020 (2010-20) segue a estratégia de Lisboa (2000-2010)

Agenda Digital

- Para utilizar melhor as TIC com a finalidade de fomentar a inovação, o crescimento econômico e o progresso. 7 pilares e 101 pontos de ação juntamente com um Scoreboard

2

Setembro 2013

É lançada a proposta “Continente Conectado” (propõe um Mercado de Telcom único)



2014

Outubro 2015



Acordo de Telecom Único

- **Roaming** (a partir de 15 Junho, 2017)
- **Neutralidade de rede** (em 30 de abril de 2013)

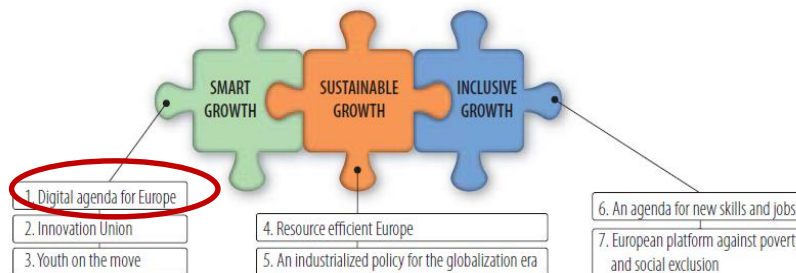
Salvo Roaming e neutralidade de rede foram descartadas todas as outras propostas durante as negociações (ex.: outorga única, atacado para banda larga comum, mudanças nas análises de mercado, medidas de proteção aos consumidores, medidas comuns sobre espectro para reguladores europeus)

Europa 2020 e a Agenda Digital (Aprovada em 2010)



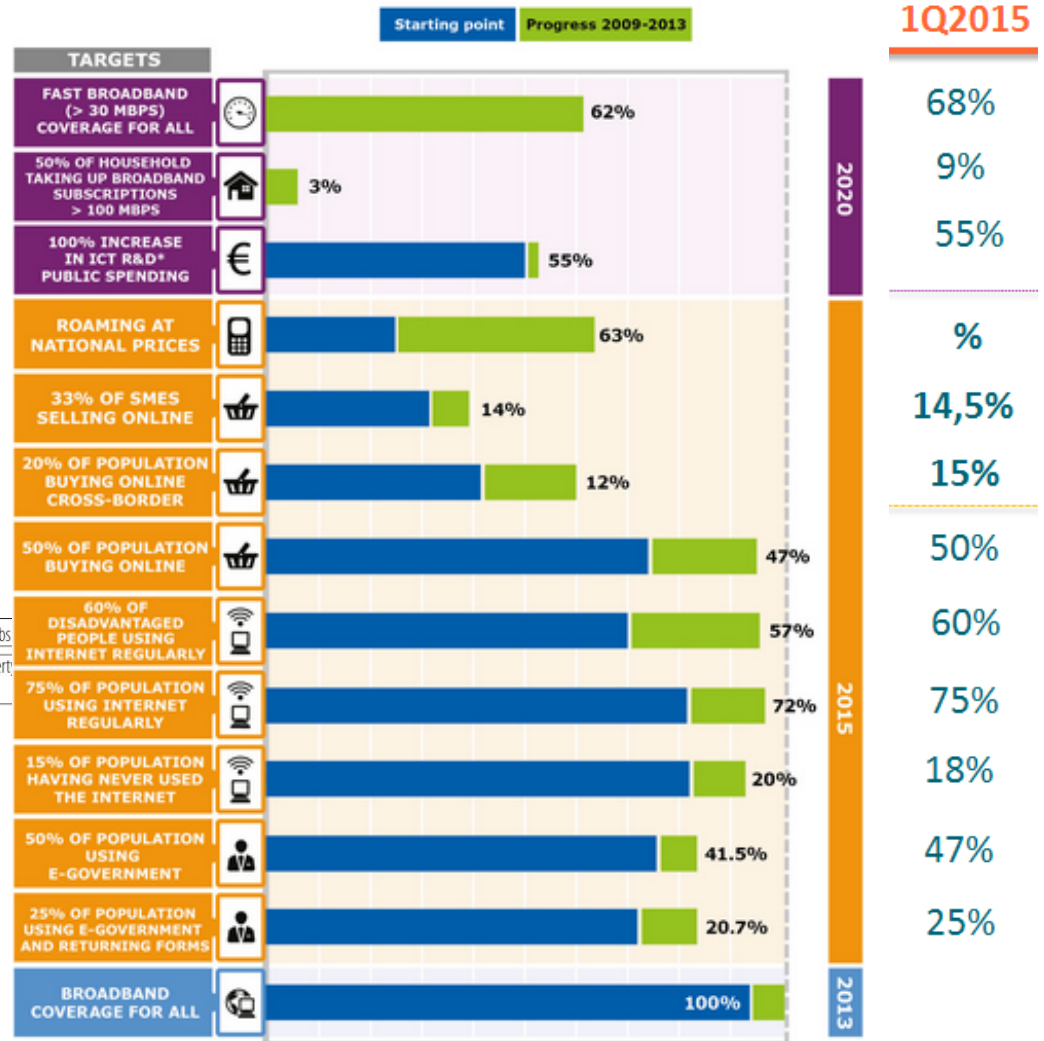
A Agenda Digital propôs explorar o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a fim de promover a inovação, o crescimento econômico e o progresso.

Objetivos e pontos de ação foram estipulados



**Europe 2020 (2010)
7 pilares**

<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/europe-2020-strategy>



*R&D: Research & Development

O passo inicial do TSM ficou, em 2015, limitado ao roaming e neutralidade de rede



Aprovada em **2015**, sendo **aplicável em abril 2016**. Juncker promoveu um acordo limitado: **todos os pontos, com exceção de Roaming e Neutralidade de rede foram descartados.**

Populismo?

ROAMING: da Eurotarifa (2005) ao fim do roaming

- **Fim do Roaming intraEuropa** em junho de 2017 sujeito a algumas condições de “Fair Use” e recuperação de custos (“Roam Like At Home”)
- Desde abril 2016 até junho 2017, um **período transitório no qual o preço de varejo não pode exceder o local mais a taxa do preço de atacado** (que também está limitado por regulação)
- As operadoras podem oferecer serviços comerciais de roaming for a do Fair Use e da zona Europa

Medidas a adotar antes de Dez. 2016

- **Preços de atacado:** Proposta de grandes reduções do preço de atacado (0,85cts€/MB). Em revisão com discordância entre Sul e Norte. Propostas adicionais de glidepath hasta 1€/Gb em 2021
- **Política “Fair Use”:** para prevenir abusos e distorção de mercados. Proposta: Sem limites de dias/uso e baseado em residência e conexiones com o país de origem



“Being political means correcting technocratic mistakes immediately when they happen”

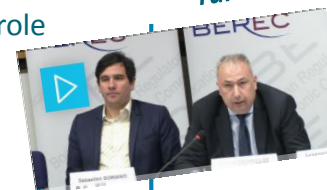
NEUTRALIDADE DE REDE

- Consagra o **direito dos usuários finais / empresas** para acessar e distribuir conteúdos legais, serviços e aplicações de sua escolha
- **Gestão razoável da rede:** manter características técnicas e de qualidade da experiência e do tráfego (congestionamento, segurança, integridade, aspectos legais...), não sendo permitido outro tipo de gestão (sem prioridade por meio de pagamento, bloqueio ou discriminação)
- **Flexibilidade de Gestão para oferecer serviços especializados** que não em detrimento ao acesso à Internet (e.g. Zero rating permitido)
- **Supervisão por NRAs e obrigações de transparência**

Guidelines do BEREC adotadas (Agosto 2016)

- **BEREC aprova uma guia prescritiva de interpretação** da Recomendação para as NRAs, publicada em Agosto 2016 (ex. Zero rating somente se seguir existindo outro meio de acesso à Internet, dificuldade para oferecer ad blocking ou controle parental), embora seja explicito que não se requer autorização ex-ante para o serviço.
- Período **transitório** até dezembro de 2016 para adaptar legislações nacionais

“We are not making new rules”



A resposta: um longo caminho até o Mercado Digital Único (DSM)

2 N. Kroes desenvolve a ideia do Mercado Digital Único (MWC13)



Fevereiro 2013



Mandato do conselho para negociar

Trianual



Leitura no Parlamento Europeu

3

“Colocando a Europa em Movimento”

15 de Julho de 2014.

Presidente eleito: Junckers

10 prioridades na agenda política na busca do emprego, crescimento e mudança democrática (incluindo o MERCADO DIGITAL ÚNICO)



Nova comissão (2014-2019)



Estratégia do Mercado Digital Único

Maio 2015

Jan. 2016

Resolução Parlamento Europeu

1

Março-Maio 2010

Europa 2020 (2010-20) segue a estratégia de Lisboa (2000-2010)

Agenda Digital

- Para utilizar melhor as TIC com a finalidade de fomentar a inovação, o crescimento econômico e o progresso. 7 pilares e 101 pontos de ação juntamente com um **Scoreboard**

2

Setembro 2013

É lançada a proposta “Continente Conectado” (propõe um Mercado de Telcom único)



2014

Outubro 2015



Acordo de Telecom Único

- **Roaming** (a partir de 15 Junho , 2017)
- **Neutralidade de rede** (em 30 de abril de 2013)

Salvo Roaming e neutralidade de rede foram descartadas todas as outras propostas durante as negociações (ex.: outorga única, atacado para banda larga comum, mudanças nas análises de mercado, medidas de proteção aos consumidores, medidas comuns sobre espectro para reguladores europeus)

Juncker e sua nova equipe (2014)

O vice-presidente terá funções de coordenação, mas também a **autoridade para bloquear iniciativa de Comissários** sob ele



President Jean-Claude Juncker (LU)

Head of Cabinet
Martin Selmayr (DE)
Deputy Head of Cabinet
Clara Martínez-Alierola (ES)



2014-2019



FIRST VICE PRESIDENT
Frans Timmermans (NL)
BETTER REGULATION, INTERNATIONAL RELATIONS, THE RULE OF LAW AND THE CHARTER OF FUNDAMENTAL RIGHTS
Head of Cabinet
San Spijkers (NL)
Deputy Head of Cabinet
Michelle Sutton (UK)



HIGH REPRESENTATIVE
Federica Mogherini (IT)
HIGH REPRESENTATIVE OF THE UNION FOR FOREIGN AFFAIRS AND SECURITY POLICY/VICE-PRESIDENT OF THE COMMISSION
Head of Cabinet
Stefano Mancuso (IT)
Deputy Head of Cabinet
Oliver Reitschler (DE)



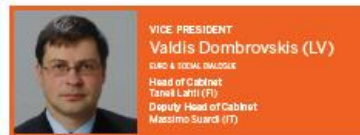
VICE PRESIDENT
Kristalina Georgieva (BG)
BUDGET & HUMAN RESOURCES
Head of Cabinet
Marianna Wroblewska (BG)
Deputy Head of Cabinet
Andreas Schwarz (DE)



VICE PRESIDENT
Jyrki Katainen (FI)
JOBS, GROWTH, INVESTMENT AND COMPETITIVENESS
Head of Cabinet
Juho Rommela-Aroni (FI)
Deputy Head of Cabinet
Hilde Hardaman (BE)



VICE PRESIDENT
Maroš Šefčovič (SK)
ENERGY UNION
Head of Cabinet
Juraj Nočkar (SK)
Deputy Head of Cabinet
Benedikt Elvert (DE)



VICE PRESIDENT
Valdis Dombrovskis (LV)
EURO & SOCIAL DIALOGUE
Head of Cabinet
Tatjana Lanti (LV)
Deputy Head of Cabinet
Massimo Suardi (IT)



VICE PRESIDENT
Andrus Ansip (EE)
DIGITAL SINGLE MARKET
Head of Cabinet
Juhani Lippas (EE)
Deputy Head of Cabinet
Kamilla Klöck (PL)

J: Seu objetivo será tornar a Europa em líder em informação e tecnologia das comunicações

 COMMISSIONER Cecilia Malmström (SE) TRADE Head of Cabinet: Maria Asarius (SE) Deputy Head of Cabinet: Miguel Ceballos Barron (ES)	 COMMISSIONER Neven Mimica (HR) INTERNATIONAL COOPERATION & DEVELOPMENT Head of Cabinet: Nils Bahndt (DE) Deputy Head of Cabinet: Irena Andriasy (HR)	 COMMISSIONER Christos Stylianides (CY) HUMANITARIAN AID & CRISIS MANAGEMENT Head of Cabinet: Thannis Christofidou (CY) Deputy Head of Cabinet: Kim Eling (DE)	 COMMISSIONER Johannes Hahn (AT) EUROPEAN RESEARCH AND INNOVATION POLICY & INNOVATION NEGOTIATIONS Head of Cabinet: Michael Karltenschlag (AT) Deputy Head of Cabinet: Emma Udwin (UK)	 COMMISSIONER Dimitris Avramopoulos (GR) MIGRATION, HOME AFFAIRS & CITIZENSHIP Head of Cabinet: Diana Schmitt (LU) Deputy Head of Cabinet: Polykarpus Adamidis (GR)
 COMMISSIONER Miguel Arias Cañete (ES) CLIMATE ACTION & ENERGY Head of Cabinet: Cristina Lobito Borrero (ES) Deputy Head of Cabinet: Pierre Scholten (BE)	 COMMISSIONER Karmenu Vella (MT) ENVIRONMENT, MARITIME AFFAIRS AND FISHERIES Head of Cabinet: Patrick Costello (UK) Deputy Head of Cabinet: Gabriella Pace (MT)	 COMMISSIONER Violeta Bulc (SI) TRANSPORT Head of Cabinet: Marjeta Jager (SI) Deputy Head of Cabinet: Dávid Gien (BE)	 COMMISSIONER Carlos Moedas (PT) RESEARCH, SCIENCE & INNOVATION Head of Cabinet: António Vitorino (PT) Deputy Head of Cabinet: Giulia Del Bionna (IT)	 COMMISSIONER Phil Hogan (IE) AGRICULTURE & RURAL DEVELOPMENT Head of Cabinet: Peter Power (IE) Deputy Head of Cabinet: Elisabetta Siragusa (IT)
 COMMISSIONER Günther Oettinger (DE) DIGITAL ECONOMY & SOCIETY Head of Cabinet: Michael Hager (DE) Deputy Head of Cabinet: Eric Marner (FR)	 COMMISSIONER Tibor Navracsics (HU) EDUCATION, CULTURE, YOUTH AND SPORT Head of Cabinet: Jonathan Hill (UK) Deputy Head of Cabinet: Adrienn Kirby (HU)	 COMMISSIONER Corina Crețu (RO) REGIONAL POLICY Head of Cabinet: Mihai Leandru (ES) Deputy Head of Cabinet: Gabriel Onaca (RO)	 COMMISSIONER Věra Jourová (CZ) JUSTICE, CONSUMERS AND GENDER EQUALITY Head of Cabinet: Renata Nikodaj (DE) Deputy Head of Cabinet: Daniel Braun (CZ)	 COMMISSIONER Vytenis Andriukaitis (LT) HEALTH & FOOD SAFETY Head of Cabinet: Arunas Vinciusas (LT) Deputy Head of Cabinet: Nathalie Chaze (FR)
 COMMISSIONER Pierre Moscovici (FR) ECONOMIC AND FINANCIAL AFFAIRS, TAXATION Head of Cabinet: Olivier Bailly (FR) Deputy Head of Cabinet: Reinhard Folke (DE)	 COMMISSIONER Jonathan Hill (UK) FINANCIAL STABILITY, FINANCIAL SERVICES AND CAPITAL MARKETS UNION Head of Cabinet: Matthew Baldwin (UK) Deputy Head of Cabinet: Nathalie de Basallua (ES)	 COMMISSIONER Elzbieta Bienkowska (PL) INTERNAL MARKET, INDUSTRY, ENTREPRENEURSHIP AND SMEs Head of Cabinet: Tomasz Husak (PL) Deputy Head of Cabinet: Kristian Hedberg (BE)	 COMMISSIONER Marianne Thyssen (BE) EMPLOYMENT, SOCIAL AFFAIRS, SKILLS AND LABOUR MOBILITY Head of Cabinet: Stefan Hermans (BE) Deputy Head of Cabinet: Ruth Passerman (IT)	 COMMISSIONER Margrethe Vestager (DK) COMPETITION Head of Cabinet: Ditte Juul-Jørgensen (DK) Deputy Head of Cabinet: Lindsay McCallum (UK)

J: Para acabar com o isolamento nas regulações de telecomunicações, direitos autorais, proteção de dados, espectro e leis de competição

Mercado Digital Único, uma prioridade da nova Comissão Europeia...



- A criação de um mercado único digital é **uma das 10 principais prioridades** do novo presidente (Jean-Claude Juncker) estabelecida em 2014
- O objetivo da Comissão Juncker é criar um **mercado digital único**, no qual a **livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais** é assegurada



- *"O mercado único digital poderia **contribuir em € 415 bi** para a economia europeia, promover o emprego, o crescimento, a competição, o investimento e a inovação."*
- *"Um mercado digital único também ajudará a Europa a manter a sua posição como **líder mundial** na economia digital, ajudando empresas europeias a crescer globalmente e a transformar nossos serviços públicos."*

... que se transfere à estratégia de Mercado único aprovado em maio de 2015...



Brussels, 6.5.2015
COM(2015) 192 final

COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN
PARLIAMENT, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL
COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS

A Digital Single Market Strategy for Europe

{SWD(2015) 100 final}



“Let us do away with all those fences and walls that block us online. People must be able to freely go across borders online just as they do offline. Innovative businesses must be helped to grow across the EU, not remain locked into their home market. ... we need an ambitious start.”

Andrus Ansip. Vice-President Digital Single Market. EC.



“Europe cannot be at the forefront of the digital revolution with a patchwork of 28 different rules for telecommunications services, copyright, IT security and data protection...”.

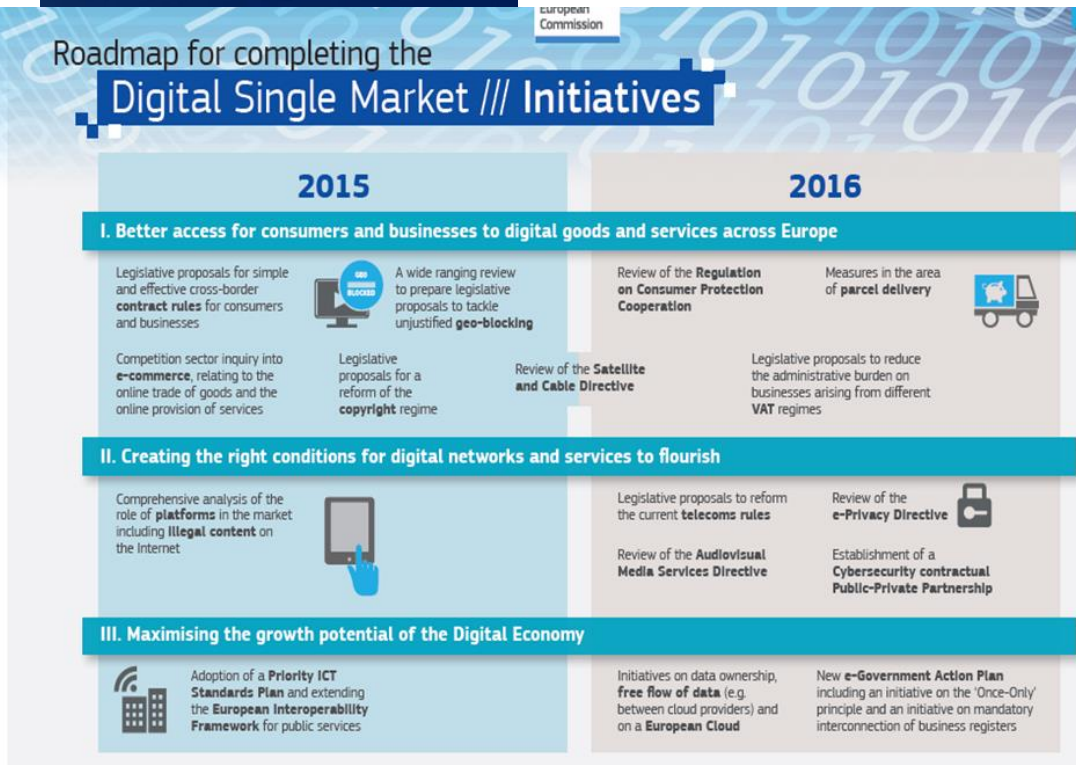
Günther H. Oettinger. Commissioner Digital Economy & Society. EC.

... e propor uma revisão do marco em torno de 3 pilares



1. Acesso a serviços digitais
2. Ambiente regulatório
3. Economia e Sociedade

Roadmap for completing the Digital Single Market /// Initiatives

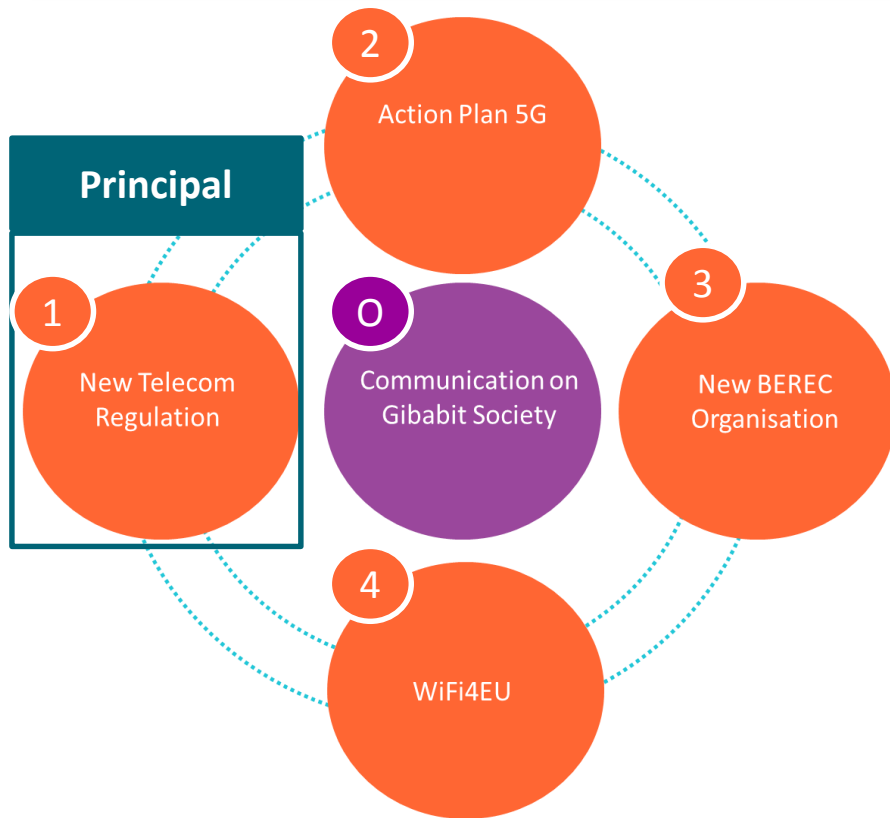


OBJETIVOS

- Concluir rapidamente as negociações sobre as **regras comuns de proteção de dados**
- Alteração das **regras de direitos autorais** para refletir novas tecnologias e tornar o quadro mais claro e simples
- Simplificar as **regras de consumo**
- Reforma mais ambiciosa do **marco regulatório das telecomunicações**
- Facilitar a **fundação e a criação de empresas** como companhias inovadoras
- Promover as **habilidades digitais e de aprendizagem**
- Aproveitar os **mesmos conteúdos e serviços** on-line, independentemente do país da UE que somos

O que está incluído no novo pacote de conectividade?

No ultimo dia 14 de setembro a Comissão Europeia apresentou seu pacote com 5 iniciativas destinadas a levar a Europa a liderança em conectividade



Comunicação “Rumo a uma sociedade do gigabit”

- Novos objetivos estratégicos de conectividade
- Roteiro até 2025

1. Novo marco regulatório das telecomunicações

- O objetivo é modernizar as regras e promover o desenvolvimento da rede de alta capacidade

2. Plano de ação para implementação do 5G na Europa

- Roteiro para um lançamento coordenado do 5G em 2020

3. Regulação do BEREC*

- Cobertura legal para as novas competências da entidade

4. Regulação do programa “WiFi4EU”

- Promoção da conectividade em comunidades locais (orçamento inicial de 120 milhões de euros)

* Órgão responsável por coordenar as atividade de todos os reguladores europeus

**Inicia-se um processo legislativo que pode durar
2 anos + 18 meses para sua implementação
(aplicação antes de 2020)**

Alguns novos alvos para a Sociedade Gigabit

O

Novo objetivo

**Impulsionar redes de alta capacidade
(baseado em fibra pelo menos até o ponto de distribuição e 5G)**

2020

1. **Manutenção dos objetivos atuais para 2020**
 - Cobertura universal 30%
 - 50% dos acessos em 100Mbps
2. **5G:** Conectividade comercialmente disponível em pelo menos uma cidade de cada país até 2018.

2025

1. **Conectividade Gigabit nos principais motores socioeconômicos** (escolas, transportes, prestadores de serviços públicos)
2. **Cobertura 5G:**
 - Todas as áreas urbanas e as principais rotas terrestres
 - Cobertura de 100 Mbps em todos os domicílios europeus

Investimentos necessários

- A Comissão estima que serão necessários € 500bi (155b€ adicionais aos atuais)

Meios

- Pacote de conectividade
- Diretiva reduzindo os custos de implantação
- Auxílios estatais

Europa, assim como EUA, já está discutindo 5G e fazendo planos para atrair investimentos para implantação de redes. E LatAm?

Objetivos do novo marco regulatório

Incentivo à Inovação e Investimento

- Europa está consciente da necessidade de implantar novas redes:
 - Simplificação da regulação
 - Adaptar a regulamentação aos novos mercados

+

Simplificar e harmonizar espectro

- Necessidade de flexibilizar e harmonizar a política de espectro para desenvolver o 5G

+

Level Playing field

- Necessidade de adaptar o novo marco regulatório para igualar as condições

Novos meios para atingir os objetivos da Sociedade Gigabit

2

5G ACTION PLAN

1. **Implantações coordenadas na Europa** (implantações iniciais em 2018 e implantação comercial massiva até o final de 2020)
2. **Identificar e alocar as bandas de espectro para 5G**
3. Promover a **rápida implantação** nas principais áreas urbanas e ao longo das principais vias de transporte
4. Promover **ensaios pan europeus de múltiplos stakeholders**
5. Facilitar a implementação de **fundos de apoio à inovação** baseada em 5G liderados pela indústria
6. Unir os atores para **promoção de normas**

UE levanta metas importantes para o 5G, mas a implementação encontra-se com o setor privado

A indústria também está empenhada com o 5G. Por exemplo: Laboratório 5TONIC (TEF, Ericsson, etc ...)

3

BEREC

BEREC como agência de pleno direito da União Europeia e com cobertura legal normativa

Sistema de regulação complexa. Tentativa de aumentar o poder da CE frente aos Estados

4

WiFi4EU

Sistema de bônus para Wi-Fi gratuito oferecido por autoridades públicas em escolas públicas
Orçamento inicial de 120 milhões de Euros

Medida "Populista" improvisada mesmo com o orçamento limitado

Quais são as principais medidas propostas para o novo marco regulatório?



Introduz mecanismos de flexibilização da regulação orientados a **fomentar o desenvolvimento de redes de fibra e co-investimento**, enquanto encoraja as Agências Reguladoras Nacionais a fazer **um mapeamento das redes e de planos de investimento dos operadores privados**.



Reintroduz a possibilidade de regular **produtos pan-europeus de atacado de banda larga padronizados**, e propõe **regulação de preços máximos de terminação de rede** em nível europeu (fixo e móvel), que foram descartados com o Mercado de Telecom Único



Redefine o **conceito de comunicações eletrônicas** incluindo alguns casos de OTT's, ainda que de forma bastante limitada (ex.: Comunicações de voz no Whatsapp não seriam afetadas). Contudo, segue valendo o mesmo sistema de análise de domínio de mercado...



Melhoria da coordenação da gestão do **espectro** na Europa, propõe a harmonização das licenças para **períodos de pelo menos 25 anos, renovação** e estabelece o princípio de **"Pago quando o espectro estiver disponível"**



Moderniza o alcance do serviço universal eliminando serviços "legados" (ex.: TUP, diretórios), focalizando na provisão de serviços de banda larga acessíveis ao mesmo tempo que propõe que o custo seja assumido pela **iniciativa pública** pelas operadoras.



Fortalece o rol de todos os reguladores e em particular o poder da Comissão.

A regulação do acesso envolve uma mudança de filosofia: de competição para investimento

1

Introduz mecanismos de flexibilização da regulação destinada a **incentivar a implantação de redes de fibra óptica e de investimento conjunto**, enquanto encoraja as ARNs a fazer um **mapeamento de rede e monitoramento de planos de investimento dos operadores privados**

Ênfase na competição em infraestrutura nos moldes da solução espanhola...

- O acesso a **infraestrutura civil**
- Análise mais profunda dos acordos de comércio e **investimento conjunto**
- Fortalecimento das obrigações **simétricas** para os operadores não-dominantes
- **Flexibilidade** comercial sob condições



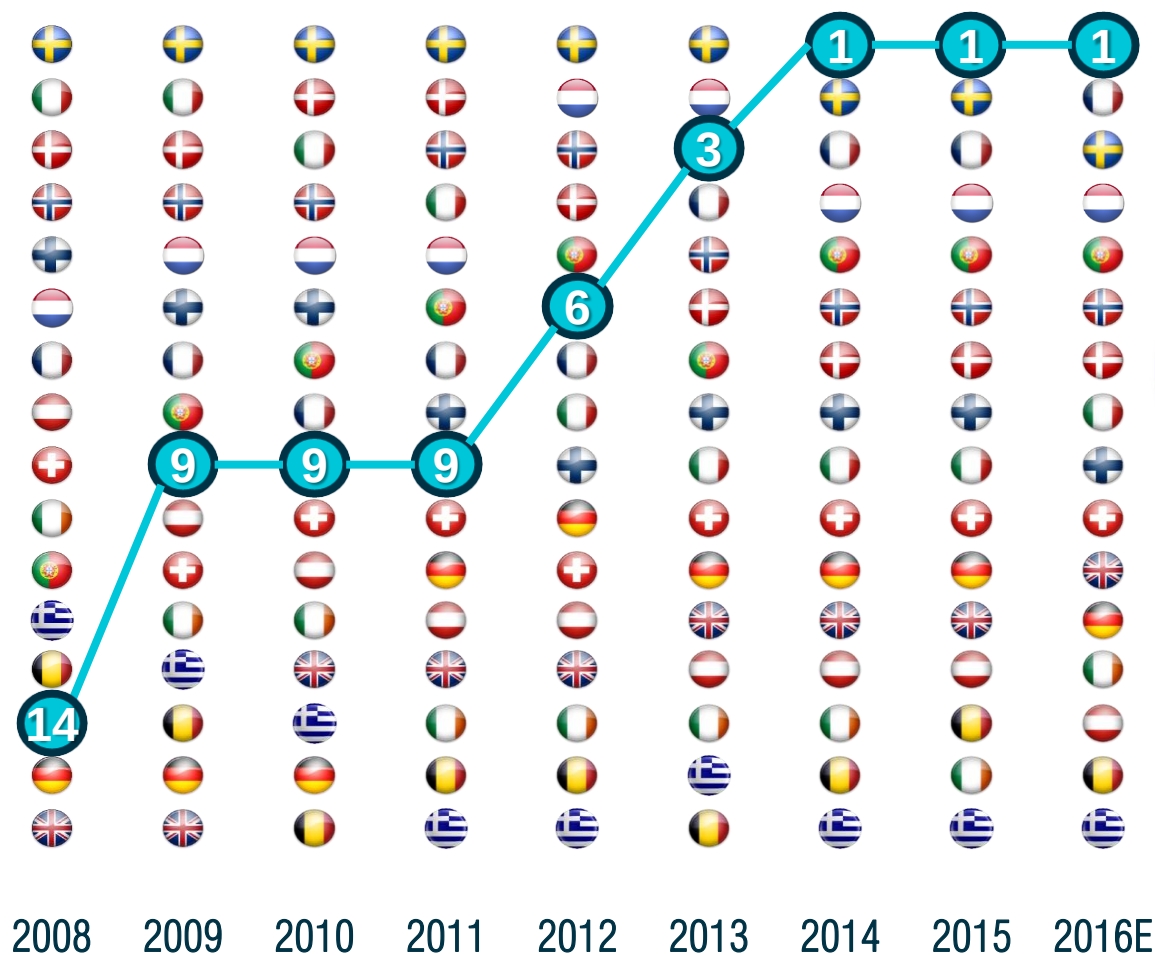
?

... mas a máquina regulatória se mantém

- Análises de mercado e **dominância** praticamente inalteradas, com imposição de obrigações de acesso e de roaming nacional
- As ARNs podem conduzir **mapeamento** completo de redes. Em áreas remotas, podem realizar chamamentos públicos e tomar medidas contra operadores que não realizam os investimentos indicados
- Reintroduz regulação pan-europeia de **produtos padrões de atacado de banda larga**, soberana à regulação nacional
- Propõe **regulação de preços máximos de terminação de rede** a nível Europeu (fixa e móvel), entre outros aspectos

Replicando o sucesso do modelo espanhol

Assinantes de Fibra – Europa (posição da Espanha)



17.5 M
Homes
Passed
Dez. 15

>

França
+
Itália
+
Alemanha
+
Reino Unido

Level Playing Field?

Uma nova regulação de serviços digitais

2

Redefine o **conceito de comunicações eletrônicas** incluindo alguns casos de OTTs, ainda que de maneira muito limitada (ex. Comunicações voz sobre Whatsapp não seriam afetadas). No entanto permanece o mesmo sistema de análise de dominância...

Uma nova regulação de serviços...

- **Redefinição de alguns serviços** eletrônicos quando incluem interação através de numeração
- Normas de **segurança**
- Obrigações de **interoperabilidade** em caso de representar uma ameaça para a conectividade de serviços end-to-end

Telcos

Agentes de Internet

Privacidade, portabilidade, interoperabilidade, neutralidade de rede, segurança, chamadas de emergência, privacidade, qualidade do serviço, poder de mercado, impostos

... porém segue sendo insuficiente

- Um bom primeiro passo, **porém tímido quanto a abordagem de regulação**. Não muda de forma significativa o **alcance de agentes afetados** pela regulamentação
- Se mantém certas **obrigações e somente aplicáveis às operadoras**
 - Obrigações contratuais e obrigações específicas de transparência
 - Obrigações específicas de QoS
 - Restrições comerciais e de preços
 - Portabilidade
 - Acesso a emergências
 - Segue vigente a diretriz setorial **e-Privacy**

Espectro: Racionalização nas condições de licenças e homogeneização

3

Melhora a coordenação da gestão do **espectro** na Europa, propõe a harmonização dos prazos de licenciamento de pelo menos 25 anos, renovação e estabelece o princípio de **“Pagamento quando o espectro está disponível”**

Mais racionalização nas condições de espectro...

- Duração **mínima de 25 anos**
- Define um **processo formal e cronograma** para solicitar a renovação
- Pagamento do espectro **quando disponível**
- Permite o regulador manter algum **controle na renovação do espectro**
- **Redução das barreiras à implantação**
- Mantem-se a **neutralidade tecnológica** e facilita-se as negociações no **mercado secundário**

... e mais homogeneização

- **Sincronizar** a atribuição de espectro / bandas
- Adotar **critérios homogêneos** para a concessão, limites de espectro, condições
- **Revisão** no BEREC das medidas tomadas pelos reguladores nacionais em relação ao espectro e às condições de licenciamento

Serviço Universal: Serviços básicos de banda larga com orçamento público

4

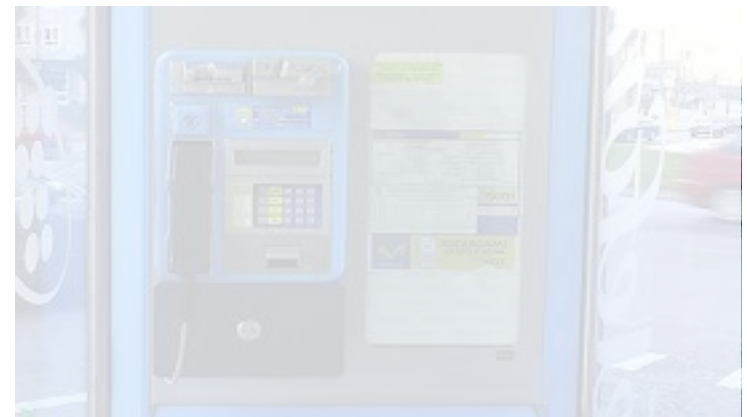
Moderniza o alcance do serviço universal eliminando serviços “legado” (ex.: TUP’s, diretórios), focalizando no provimento de serviços de banda larga acessível ao mesmo tempo que propõe que os custos sejam assumidos pelo **orçamento público** e não pelas operadoras

Moderniza-se o enfoque de serviço universal...

- Foco em **serviços básicos de banda larga y acessibilidade**, mantendo serviços de voz.
Se redefine a banda larga em função do acesso funcional para serviços distintos (ex.: e-mail, busca, e-banking, etc.).
Se mantém acesso a partir de uma localização fixa.
- As obrigações de **serviços legados são eliminadas** em nível europeu: serviços de diretórios, TUP.

... que será custeado com recursos públicos

- O financiamento será feito com **orçamento público** e, posteriormente assumido pelas operadoras.
- Os **fundos serão destinados para as finalidades para os quais são arrecadados**



O que pensamos?

Compartilhamos as intenções e objetivos. Mostra uma vontade política nova no contexto Europeu e uma convicção da necessidade de câmbio

Porém, entretanto, pensamos que não são suficientemente ambiciosas em suas medidas

- A proposta não mostra suficiente confiança nas forças de mercado e apresenta numerosos controles administrativos e regulação adicional que se sobrepõe a europeia e a local
- O marco necessita de uma **verdadeira simplificação das obrigações** para **promover mais investimentos em infraestrutura** e a **inovação dos serviços**. Novas capas de regulação aumentam a complexidade...
- ... Uma pedido de aumento dos esforços de investimentos da indústria não pode ser seguida por implementações inconsistentes como o que estão sendo lançado com relação ao roaming

Há margem de melhora no processo legislativo, que está a ponto de começar, sem medo e com soluções objetivas e não embasadas em medidas populares

Our view on the European Commission's proposal for a new Telecom Regulatory Framework

16/09/16 10:34



Carlos López Blanco / @clopezbl

Director General de Asuntos Públicos y Regulación de Telefónica. | [Twitter](#) | [LinkedIn](#)



This week the European Commission has published its long-awaited proposal for a revision of the regulatory framework for Electronic Communications, as a part of its (also unveiled) vision of a Gigabit Europe. The new regulation adopts the form of a single Directive (named European Communication Code) which replaces the current four Directives of Framework, Access, Authorization and Universal Service.

We endorse the European vision that high speed connectivity is an essential element to boost our economy and enhance citizen's lives and that for achieving this ambition massive private investment will be required. For this reason, we agree that the current regulation requires a full overhaul aimed at creating a positive investment climate in Europe for the deployment of very high-capacity networks.

We note, however, that the proposed reform falls short of addressing the main issues that are refraining investment in Europe. While we welcome the flexibility elements embedded in the new access framework we still believe that the core elements of the regulatory model do not fundamentally change, since the SMP model is basically kept.

Moreover, we have concerns that the new proposal increases complexity - for example, adding new layers of regulation at the European level on top of national ones - and more room for market intervention, for example with the proposal for network mapping. We also believe that it still relies on excessive sector specific rules instead of a more horizontal approach, which also means that that Level Playing Field measures are very limited.

This said, we appreciate that the new framework:

- Explicitly incorporates as one of its basic objectives the development and adoption of new high capacity networks, recognizing the importance of encouraging investment and infrastructure competition, and welcome the new provisions envisaged for the flexible application of the current rules under determined circumstances (co-investment, commercial agreements).
- Includes measures to relieve the sector from old unjustified burdens such as the financing of Universal Service as well as the redefinition of the electronic communications services, which makes sense from the point of view of the end-user and is technologically neutral, taking into account, to a certain extent, the role of new internet players (OTTs) and new ways to make business (e.g. data as a currency).
- Enhances the coordination procedures for spectrum management across the EU, harmonizes the duration of spectrum licences to at least 25 years and establishes a principle of "pay when available" for spectrum rights. If adopted, these concrete measures will increase consistency and facilitate the deployment of new mobile networks (i.e. 5G).

To sum up, while we feel comfortable about the stated intentions and objectives to be attained with the proposal we still feel that is not ambitious enough and that there is room for improvement in Legislative process which about to start. Let us be confident that with the input of the relevant stakeholders the European Institutions involved will find an outcome that is fit for this purpose. Telefónica looks forward to cooperating in this process.

Trasladando a situação Europeia para a Latam e Brasil

EUROPA

Instituições

Organismos comuns: Comissão Europeia e parlamento
Organismos nacionais

Objetivos

Objetivos comuns

*“O mercado único digital poderia **contribuir 415 bilhões de Euros para a economia europeia, fomentar emprego, o crescimento, a competição, os investimentos e a inovação**”*

*“Um mercado único digital também ajudará a Europa a manter sua posição como **líder na economia digital**, ajudando as empresas europeias a crescer à nível mundial, e a **transformação** dos nossos serviços públicos”*

Políticas regulatórias

Estratégia de Mercado Digital Único

- Abordar a fragmentação de mercado, incluindo política de espectro, privacidade, etc.
- Incentivar os investimentos em redes de alta velocidade fixas e móveis e a inovação em novos serviços
- Busca de um “level playing field”
- Modernização do serviço universal

LATAM

1. **Evolução** de Ministérios (de telecom a TIC) e reguladores
2. **Blocos supranacionais** cada vez mais relevantes



1. Foco na **transformação digital** e no **mercado único regional** como meio de recuperar o crescimento
2. Oportunidade de acelerar as **iniciativas público-privada** (indústria 4.0) e priorizar **políticas habilitadoras** (educação, inovação) e **distributivas**, antes que a regulação tradicional

1. Modernização acelerada dos **marcos regulatórios** vigentes (concessões, espectro, desregulação) como via para fomentar investimentos
2. Debater o futuro, não o passado: um novo marco conceitual para **eliminar assimetrias**, fomentar a **confiança digital** (privacidade, segurança) e evoluir o **acesso digital** (5G e Ultra BL Fixa)

Estados Unidos já não é um exemplo a seguir

Possíveis implicações para Latino América e Brasil

1. Latam é uma região cuja regulação e políticas públicas foram se adaptando bem ao entorno e tem que seguir fazendo isso bem
2. Embora não haja organismos centralizados tem havido harmonização na região e ciclos de sincronização de políticas regulatórias
3. O desenvolvimento do ecossistema digital está em fases iniciais em Latam, e está em tempo de promover algumas políticas públicas mais adequadas

**Incentivar
investimentos e
desenvolvimento de
acesso**



**Simplificar e
harmonizar espectro**

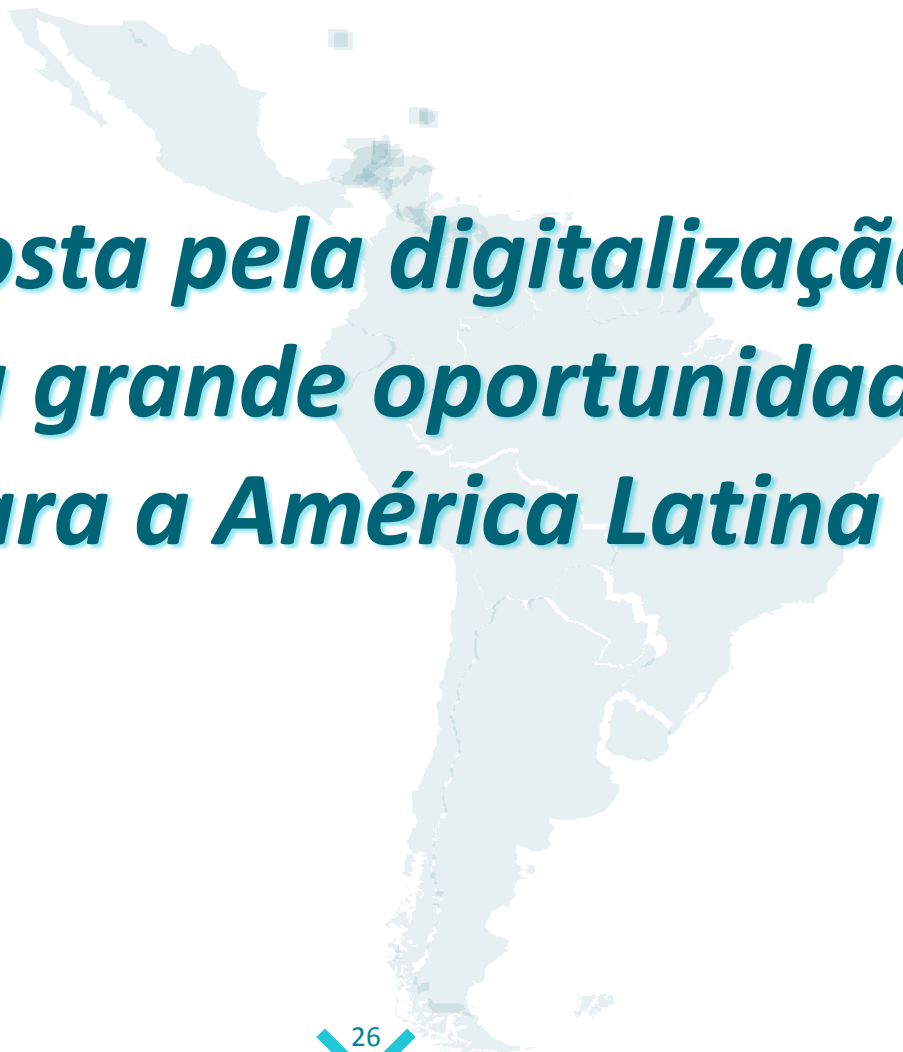


Level Playing field

- Adaptação e Concessões e
- Fomento de investimento: Exemplo Caso Espanhol

- Neutralidade tecnológica
- Condições de licenças (ex. duração mínima de 25 anos + renovação, mercado secundário)

- Não apenas em regulação, como também em segurança, privacidade e fiscalização



***A aposta pela digitalização é
uma grande oportunidade
para a América Latina***

Telefónica



ESCOLHEMOS TUDO_

Propuestas de Políticas Publicas para el desarrollo de la economía digital

Digitalización de la economía

Sostenibilidad de la economía digital

Adecuación de la política regulatoria y de la regulación económica (LPF)

Protección de los ciudadanos/ usuarios en la economía digital

01.Adecuación del modelo institucional
02.Digitalización del Gobierno y A.Pub.
03.Digitalización de las empresas y P.Productivos
04.Desarrollo de capital humano
05.Fomento de la innovación digital
08.Política de conectividad digital

06.Política fiscal y tributaria
07.Políticas sobre la extraterritorialidad digital

09.Política de protección de ciudadanos como usuarios del mundo digital

10.Política Regulatoria y de competencia (LPF)



MinTIC
Ministerio de Tecnologías
de la Información y las Comunicaciones



**TU EMPRESA
EN UN DIA**
Ministerio de Economía,
Fomento y Turismo

Billentis



**INDUSTRIA
CONECTADA
4.0**

Historia clínica
electrónica
obligatoria

SIMCETIC
Sistema Nacional de Medición
de Competencias TIC en Estudiantes



**FUNDACIÓN
país
digital**